Valor da produção das lavouras e perspectivas do plantio

O Plano Real traz a esperança de melhoria dos níveis de consumo. O plantio da safra está atrasado em razão da seca e da insatisfação dos produtores com relação ao pacote agrícola.

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

Em outubro já deveriam estar definidas as principais perspectivas da safra a ser colhida em 1995, como área de plantio, compra de insumos. Neste ano, o calendário agrícola sofre algum atraso. Não só o clima foi desfavorável, registrando estiagem prolongada no Sul do país, como também as medidas de apoio à nova safra foram anunciadas tardiamente e os recursos demoraram a ser liberados. Assim, até fins de setembro os analistas só tinham certeza quanto aos resultados da safra anterior e aos sinais que deles podiam inferir. Quais são esses sinais? Em que direção apontam?

O mercado sinaliza através dos preços e é neles que se fundamentará esta análise. Dos vários ângulos pelos quais se pode examinar os preços, serão escolhidos dois: a relação entre preços e quantidades produzidas — o valor da produção —, que permite aferir a renda bruta da atividade e que serve de indicador da capacidade de autofinanciamento do produtor rural, e a relação de trocas, que, comparando a evolução dos preços pagos e recebidos, permite ter uma idéia do desempenho dos custos de produção.

A safra de 1994 foi anunciada como recorde: estima-se que se tenha obtido algo em torno de 75 milhões de toneladas de grãos (cereais, leguminosas e oleaginosas). Esse indicador não esgota o total da produção das lavouras. Café, cana-de-açúcar, mandioca, entre outros produtos importantes, ficam fora do agregado. Usando-se o conceito de produto real das lavouras,[1] em 1994 a produção das lavouras cresceu 8% (9% para o conceito de grãos). É o melhor resultado desde 1989.

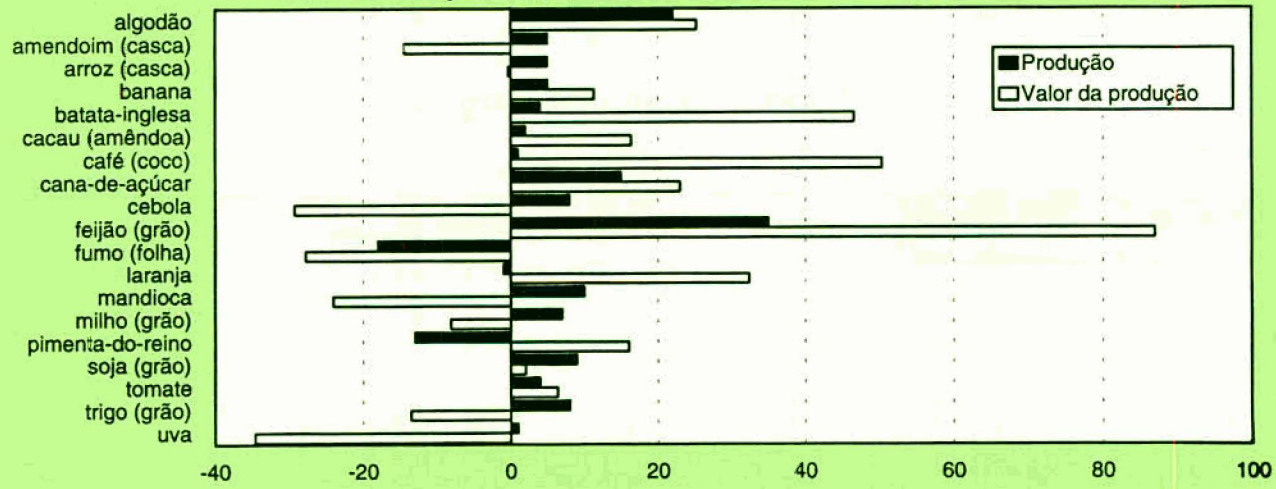
Safras recordes nem sempre são sinônimo de bons resultados para o produtor rural. Freqüentemente, o aumento da quantidade colhida vem acompanhado de reduções mais do que proporcionais nos preços de venda. Contudo, fatores como o baixo nível de estoques ou aumentos da demanda podem contribuir para sustentar as cotações, apesar da oferta abundante.

Outro ponto a considerar é que colheitas recordes nem sempre implicam bons resultados para as atividades isoladamente. Em 1994, destacaram-se os aumentos na produção de algodão, feijão, milho e soja. A produção de café se manteve estagnada, a de laranja caiu 1% e a de fumo, 17%.

Já o conceito de valor da produção permite uma avaliação mais consistente, na medida em que possibilita apreciar de um relance a interação de preços e quantidades. Em 1994, esse indicador apresentou um acréscimo bastante significativo de 11%, o segundo melhor resultado desde 1980 e só inferior ao registrado em 1984 (12%). Apesar de a produção física das lavouras ter registrado resultados bastante favoráveis a partir de 1985 (ver *Agro-*

1. Brasil — desempenho das lavouras

Taxa de variação da quantidade e do valor da produção — 1994 x 1993 (%)



Fonte: IBGE, LSPA.

analysis, 13 (1), set. 1994), o valor da produção entrou em trajetória descendente. Só para exemplificar essa situação, observa-se que, se considerarmos o valor da produção obtido em 1980 igual a 100, o resultado em 1994 seria igual a 62. Ainda em termos de perspectiva, o valor da produção atingiu o máximo da série em 1985 (107) e o mínimo em 1990 (53).

São dignas de nota as trajetórias de alguns produtos. Das 19 lavouras examinadas, apenas duas, fumo e laranja, registram em 1994 um valor de produção (já descontada a inflação do período) superior ao de 1980. Os piores desempenhos ficaram por conta da pimenta-do-reino, do amendoim, do cacau e da mandioca.

Estima-se que, em 1994, tenha-se obtido algo em torno de 75 milhões de toneladas de grãos. Esse indicador não esgota o total da produção das lavouras. Café, cana-de-açúcar, mandioca, entre outros produtos importantes, ficam fora do agregado. A produção das lavouras cresceu 8% (9% para o conceito de grãos). É o melhor resultado desde 1989.

Em 1994, destacou-se a expansão do valor da produção do feijão e do café (ver gráfico 1). No caso do feijão, o aumento de 38% nos preços recebidos pelos produtores rurais associou-se a um acréscimo de 35% na safra esperada. Entretanto, os resultados do feijão devem ser encarados com certa cautela. Como ainda há uma safra a ser colhida, podem ocorrer alterações. Por outro lado, em 1994, os preços do feijão aumentaram de janeiro a abril (influenciados pela quebra da safra de Irecê, BA) e retraíram-se significativamente nos meses seguintes, quando ficou claro que a expansão registrada em outras regiões produtoras compensaria, com folga, aquela quebra. Assim, o momento da venda provocou substanciais diferenças na renda bruta dos produtores de feijão.

Quanto ao café, a produção manteve-se praticamente igual à do ano anterior, enquanto os preços registram variação de 57%. O algodão foi a cultura que apresentou a segunda maior expansão na quantidade colhida, mas os preços recebidos declinaram 2,5% (no mercado internacional, as cotações registravam no mesmo período alta de 19%), o que permitiu recuperação no valor da produção, mesmo com as maciças importações que, estimuladas por uma tarifa zero, continuaram a ser efetuadas neste ano. Note-se que além da redução tarifária, o produto importado se beneficia de subsídios no país de origem. Assim, a partir de 1993, o Brasil transformou-se de tradicional exportador no segundo maior importador mundial da fibra. A situação só não ficou pior porque o mercado internacional reagiu em 1994.

Já no caso da soja, os preços internacionais declinaram ao longo de 1994, à medida que se confirmavam as expectativas de uma safra recorde no hemisfério norte. Por outro lado, a valorização do real frente ao dólar aumenta as incertezas dos produtores de soja, que sem dúvida serão prejudicados pela conjugação de preços em baixa no mercado externo com moeda valorizada. Ao mesmo tempo, produtores de lavouras como arroz e milho podem sentir-se ameaçados pela perspectiva de importações baratas, que poderiam vir a deprimir os preços internos. O adiamento da entrada em vigor da tarifa compensatória para o trigo pode ser vista como um sinal de que as políticas para a agricultura estão excessivamente sujeitas à conjuntura macroeconômica e, portanto, sem garantias de continuidade.

Resumindo: enquanto o produto real dos produtos amparados pela PGPM (Política de Garantia de Preços Mínimos) cresceu 11%, seu valor de produção expandiu-se em apenas 6%.

Assim, o agricultor se depara com um horizonte incerto. Contudo, o sucesso do Plano Real embute a esperança de uma melhoria dos níveis de con-

2. Brasil — evolução do IPP

Índice deflacionado



3. Brasil — relações de troca

IPR/sementes IPR/fertilizantes



sumo. Se confirmada, no ano que vem o lado da demanda atuaria como um fator favorável à sustentação dos preços e da renda do produtor rural, mesmo diante de uma nova supersafra. O grande problema para o agricultor é ter que tomar decisões num momento em que reinam as incertezas, sem garantias de poder contar com uma rede de proteção na época da colheita.

Outra forma de analisar as informações disponíveis é através da ótica da relação de trocas, isto é, da comparação entre a evolução mensal do Índice de Preços Recebidos pelos Agricultores (IPR) e do Índice de Preços Pagos pelos Agricultores (IPP). Esta tem-se mostrado favorável a partir de meados de 1993. Entretanto, quando o IPR é desagregado, a interpretação dos resultados se mostra mais complexa.

Em primeiro lugar, os preços recebidos foram (sobretudo em 1994) fortemente influenciados pela evolução dos preços do café. Quando se observam os resultados da relação de trocas para o subconjunto das lavouras amparadas pela PGPM os resultados são bem menos favoráveis. A explicação é óbvia: a abundante safra colhida em 1994 deprimiu os preços internos, mesmo nos casos em que os preços internacionais se encontravam em alta.

Comparando-se a evolução do IPR e dos diferentes grupos de insumos tem-se também uma visão interessante, que leva em conta as diferenças de sistemas de produção vigentes no Brasil e a conseqüente variedade de insumos utilizados.

O confronto entre a evolução dos vários subconjuntos que compõem o IPP mostra que, com exceção dos combustíveis, ao longo dos últimos anos os preços pagos também registraram uma nítida queda, em termos reais (ver gráfico 2). Aliás, vários analistas atribuem a essa queda o fato de a produção e a produtividade agrícolas terem crescido em uma conjuntura marcada pela escassez de recursos públicos para apoio ao setor e preços de mercado declinantes. Contudo, essa queda mostra intensidades diferenciadas, conforme o tipo de insumo considerado, e por isso, numa mesma atividade, produtores com funções de produção distintas sentiram mais ou menos o impacto do movimento do IPP.

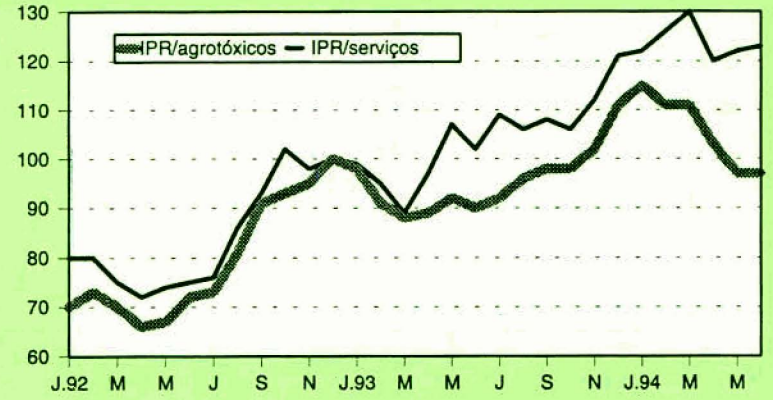
Os gráficos mostram que, tomando como referência o IPR para as lavouras atendidas pela PGPM, a relação de trocas se mostra mais favorável[2] no caso dos fertilizantes e dos serviços, e mais desfavorável quando os insumos relevantes são os combustíveis, a mão-de-obra e os agrotóxicos. Assim, em termos médios, a relação de trocas indicaria, por exemplo, que os cotonicultores, cuja atividade usa intensamente estes dois últimos tipos de insumo, estariam em posição menos confortável do que os sojicultores, que dependem mais da mecanização (serviços) e do uso de fertilizantes.

Comparando-se a evolução do IPR e dos vários grupos de insumos tem-se também uma visão interessante, que leva em conta os diferentes sistemas de produção vigentes no Brasil e a conseqüente variedade de insumos utilizada.

No momento do plantio, o agricultor deverá pesar os fatos e sua experiência particular. Sabe-se que o agricultor é um otimista, mas não se deve ignorar que o sucesso da próxima safra não diz respeito apenas ao produtor rural como agente econômico individual, mas a toda a agricultura. Dela depende o abastecimento tranqüilo dos consumidores urbanos, fator essencial para a estabilização da economia e para a tão aguardada retomada do crescimento econômico.

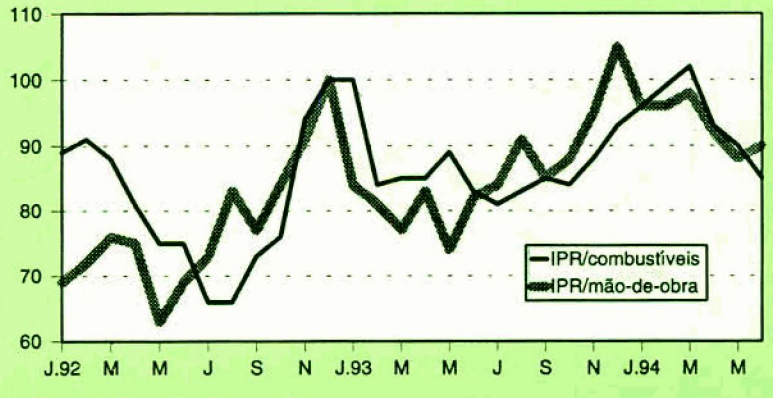
4. Brasil — relações de troca

IPR/agrotóxicos e IPR/serviços



5. Brasil — relações de troca

IPR/combustíveis e IPR/mão-de-obra



[1] *Produto real é o resultado da agregação da produção física das lavouras usando-se os preços do Censo Agropecuário como fator de ponderação.*

[2] *Diz-se que a relação de trocas é favorável quando seu valor é superior a 100, o que indica que os preços recebidos tiveram ganhos em relação aos preços pagos.*